

MINERVA S.A.

Relatório de procedimentos previamente acordados de terceira parte para atendimento ao compromisso de adoção dos critérios mínimos para operações com gado e produtos bovinos em escala industrial no Bioma Amazônia

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS PREVIAMENTE ACORDADOS DE TERCEIRA PARTE PARA ATENDIMENTO AO COMPROMISSO DE ADOÇÃO DOS CRITÉRIOS MÍNIMOS PARA OPERAÇÕES COM GADO E PRODUTOS BOVINOS EM ESCALA INDUSTRIAL NO BIOMA AMAZÔNIA

À
Gerência de Sustentabilidade Corporativa da
Minerva S.A.
Barretos - SP

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo, por intermédio de procedimentos previamente acordados, identificar se a Minerva S.A. ("Minerva Foods" ou "Companhia") atendeu aos critérios assumidos no Compromisso Público da Pecuária (CPP), compreendendo o período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022. Com base em nosso trabalho, descrito neste relatório, exceto pelo critério "sistema de rastreabilidade de fornecedores indiretos", não verificamos, em nossas análises, inconsistências que não puderam ser justificadas pela Minerva Foods.

Salientamos que este resumo não substitui a leitura integral do presente relatório.

I) Introdução

Desde 2007, o Greenpeace estuda o comportamento da cadeia produtiva da pecuária na Amazônia. Em 2009, após um longo processo investigativo, a organização lançou o relatório "A Farra do Boi na Amazônia", o qual apontava a relação entre empresas frigoríficas envolvidas com desmatamento e trabalho escravo com produtos de ponta, comercializados no mercado internacional. Desde então, os frigoríficos JBS, Marfrig e Minerva Foods assumiram um compromisso público de bloquear de sua lista de fornecedores as fazendas que desmataram dentro do Bioma Amazônia após outubro de 2009, além daquelas que utilizam mão-de-obra análoga à escrava ou estão localizadas em terras indígenas e unidades de conservação. O compromisso público que estabelece critérios para as compras de animais em propriedades localizadas no Bioma Amazônia é denominado Compromisso Público da Pecuária (CPP) e definido por meio do documento "Critérios mínimos para operações com gado e produtos bovinos em escala industrial no Bioma Amazônia".

II) Objetivo

A BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. ("BDO") foi contratada, por meio da Proposta nº 2681/23, para realização de procedimentos previamente acordados, de acordo com a NBC TSC 4400 - Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis, aprovada pela Resolução CFC nº 1.277/10. Os procedimentos previamente acordados no presente relatório estão destacados em itálico e foram aplicados com o objetivo de avaliar de modo independente, por intermédio de procedimentos de auditoria, as informações e processos da Minerva Foods que possibilitem identificar se essa atendeu aos critérios assumidos no compromisso público citado, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022. Os procedimentos acordados entre as partes são apresentados pelo TdR - "Termo de Referência para Auditorias de Terceira Parte 2017 (ano-base de 2016)", conforme última publicação realizada pelo Greenpeace.

III) Período dos trabalhos

Os trabalhos foram realizados entre 07 de agosto de 2023 e 31 de agosto de 2023.

IV) Descrição da Empresa e do processo de compra de gado bovino no que se refere ao atendimento do Compromisso Público da Pecuária

“Descrever detalhadamente o escopo da auditoria, informando o número de unidades da empresa que recebem animais provenientes do Bioma Amazônia.”

(trecho retirado do TdR - Modelo do relatório de auditoria)

Atualmente, a Companhia possui em operação 08 (oito) unidades frigoríficas, 01 (uma) unidade de exportação de gado vivo e 04 (quatro) unidades de confinamento. Dentre as unidades situadas em território brasileiro, 11 (onze) CNPJs receberam no ano de 2022 animais provenientes de fazendas localizadas no Bioma Amazônia, sendo elas:

- Abaetetuba - PA;
- Araguaína - TO;
- CSAP - Abaetetuba;
- CSAP - Ananas - TO;
- CSAP - Araguaína - TO;
- CSAP - Igarapé-Miri - PA;
- CSAP - Rolim de Moura - RO;
- Mirassol D'Oeste - MT;
- Palmeiras de Goiás - GO;
- Paranatinga - MT; e
- Rolim de Moura - RO.

Seguindo orientações do TdR, os trabalhos envolveram a análise de 10% das compras feitas de propriedades localizadas no Bioma Amazônia no ano de 2022. Essa amostra, que será detalhada posteriormente no tópico deste Relatório “Passo 1 - Seleção da Amostragem”, contemplou todos os meses de 2022 e proporcionalmente todos os 11 (onze) CNPJs inseridos ou abastecidos com matéria-prima originária do Bioma Amazônia.

Antes da apresentação dos testes efetuados e seus resultados, é importante demonstrar o significado das seguintes siglas, que poderão ser utilizadas no decorrer do relatório:

- API: *Application Programming Interface* (Interface de Programação de Aplicação);
- CAR: Cadastro Ambiental Rural;
- CCIR: Certificado de Cadastro do Imóvel Rural;
- CSC: Central de Serviços Compartilhados;
- DETER: Detecção do Desmatamento em Tempo Real;
- ERP: *Enterprise Resource Planning*;
- FUNAI: Fundação Nacional do Índio;
- GTA: Guia de Trânsito Animal;
- IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
- INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
- INPE: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;
- LAR: Licença Ambiental Rural/LAU: Licença Ambiental Única;
- LDI: Lista de Desmatamento Ilegal do Estado do Pará;
- MPF: Ministério Público Federal;
- MTE: Ministério do Trabalho e Previdência;
- NIA: Niceplanet Inteligência Artificial;
- PRODES: Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal;
- SEMAS: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade;
- SICAR NACIONAL: Sistema Nacional do Cadastro Ambiental Rural; e
- SMGeo: Sistema de Monitoramento Geográfico.

“Descrever detalhadamente os sistemas corporativos de compra de gado, seus mecanismos e procedimentos utilizados para o atendimento ao Compromisso Público da Pecuária, com base nas listas públicas e lista GEO, além do sistema de rastreabilidade da origem animal.”

(trecho retirado do TdR - Modelo do relatório de auditoria)

Foram realizadas análises da rotina de compra de gado e acompanhamento com os principais responsáveis, incluindo a Empresa Terceirizada Responsável (Niceplanet Geotecnologia) pelo geomonitoramento das propriedades fornecedoras da Minerva Foods e, com isso, foi possível verificar os processos pertinentes, assim como verificar os cadastros e informações dos fornecedores contidos no banco de dados da Minerva Foods.

O processo de pré-cadastro de fornecedores das fazendas da Minerva Foods é recebido pela Master Data, área destinada ao cadastro pertencente à CSC, que realiza todas as análises documentais minuciosamente e, posteriormente, aceita ou recusa o cadastro. Caso o cadastro seja aceito, esse é enviado à Equipe de Sustentabilidade Corporativa da Minerva Foods, que realiza toda análise socioambiental do pecuarista e, assim, pode aceitar ou não a análise realizada pela Master Data. Se estiver de acordo com os critérios de compra de gado adotados pela Companhia, o cadastro é efetivado. Caso seja recusado pela Equipe de Sustentabilidade Corporativa da Companhia, o cadastro volta para o Master Data com o motivo da recusa e a central entra em contato com o pecuarista solicitando documentação suporte para que possam reanalisar as informações dele. Conforme procedimentos internos, a Minerva Foods realiza a cada aquisição as seguintes verificações socioambientais sobre seus fornecedores:

- Áreas embargadas: consulta à lista do IBAMA;
- Existência de prática de trabalho análogo à escravidão ou degradante: consulta à Lista Suja da Secretaria de Trabalho emitidas durante o ano de 2022;
- Desmatamento: por meio da análise da empresa de geomonitoramento que utiliza o PRODES disponibilizado pelo INPE, polígonos informados pelo IBAMA, LDI, SEMAS ou pelo recebimento de ofício do MPF;
- Invasão de terras indígenas: por meio de análises da empresa de geomonitoramento, respostas aos ofícios encaminhados à FUNAI, no qual devido à ausência de respostas, a Companhia não realiza atualmente ou pelo recebimento de ofício do MPF;
- Grilagem e violência no campo: respostas aos ofícios encaminhados ao INCRA e ICMBio, no qual, devido à ausência de respostas, a Companhia não realiza atualmente ou pelo recebimento de ofício do MPF; e
- Áreas protegidas: por meio de análises da empresa de geomonitoramento contratada, pelas respostas aos ofícios encaminhados para o ICMBio, no qual, devido à ausência de respostas, a Companhia não realiza atualmente ou pelo recebimento de ofício do MPF.

Com o objetivo de proporcionar maior segurança em seu processo de cadastro de novos fornecedores e arrendadores, filhos ou usufrutuários, dentre outros, a Minerva Foods adota um rigoroso procedimento quanto às consultas de CPF/CNPJ feitas na lista de áreas embargadas do IBAMA e na lista de empregadores que utilizam mão de obra análoga à de escravo, disponibilizada pela Lista Suja da Secretaria de Trabalho. A primeira consulta a essas 02 (duas) listas é feita pela Equipe da Master Data no ato do pré-cadastro e confirmada pela Equipe de Sustentabilidade Corporativa da Companhia para validação do cadastro. Posteriormente, essas verificações são realizadas novamente a cada aquisição de matéria-prima antes do fechamento de cada ordem de compra.

Ao receber o cadastro, a Área de Sustentabilidade Corporativa da Minerva Foods analisa as documentações e poderá, ou não, aceitá-las. Caso seja aprovado, as informações são carregadas automaticamente e enviadas à Equipe de Geomonitoramento da Niceplanet Geotecnologia por meio de um API (sistema *web* de cadastro).

Ao chegar no sistema SMGeo Direto (plataforma de monitoramento) utilizada pela Niceplanet Geotecnologia, após análise, caso seja constatada alguma irregularidade, o processo de compra não prossegue. O fornecedor é bloqueado e é feito o desbloqueio somente após a regularização.

Dando continuidade ao processo de aquisição do gado, é realizada consulta à lista que contém empregadores flagrados por exploração de trabalho análogo à escravidão. O colaborador de compra de gado insere o CPF/CNPJ do proprietário na lista de cadastro de empregadores da Lista Suja da Secretaria de Trabalho mais atualizada, realiza a busca e, não encontrando nenhum resultado, insere o print da tela no cadastro do proprietário no sistema, comprovando que o CPF/CNPJ não foi encontrado na lista.

Com relação às propriedades embargadas pelo IBAMA, o documento utilizado pela Companhia é a certidão de embargo do fornecedor, a qual é baixada por meio do site <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>, onde estão contidas todas as informações do embargo, ou a informação de que não existe embargo para o CPF/CNPJ consultado. Devido a outros compromissos assumidos pela Companhia com o objetivo de combater o desmatamento ilegal na Floresta Amazônica Brasileira, é realizada uma consulta adicional do CPF/CNPJ ou nome do fornecedor no site do Amazônia Protege e inserida a certidão que demonstrará se existe alguma ação civil pública instaurada pelo MPF.

Conforme citado, com relação às análises de geomonitoramento, a Minerva Foods possui contrato com a Empresa Niceplanet Geotecnologia, a qual disponibiliza à Companhia a plataforma de Sistema de Monitoramento Geográfico ("SMGeo Direto"). O sistema está estruturado basicamente com dados e arquivos oficiais dos governos federal e estadual publicados em sites de órgãos e instituições e em informações cadastrais complementares obtidas pela Minerva Foods e disponibilizadas à Niceplanet Geotecnologia. O banco de dados é atualizado diariamente, garantindo análises mais precisas sobre a situação socioambiental das propriedades rurais fornecedoras.

A plataforma online proporciona a certificação do monitoramento socioambiental das propriedades e a sua reanálise a cada compra realizada conforme escala das unidades da Companhia. Os certificados referentes aos resultados das análises são fundamentados em documentos oficiais públicos e no parecer técnico do analista da empresa de geomonitoramento, sendo disponibilizados aos compradores de gado.

A metodologia aplicada e principais atividades da empresa de geomonitoramento estão descritas a seguir:

- Atualização diária das bases oficiais;
- Avaliação de novos fornecedores de bovinos;
- Aperfeiçoamento cadastral dos fornecedores inseridos na plataforma;
- Atualização das bases de informação públicas oficiais;
- Rotinas de análises para constatação de conformidade socioambiental dos fornecedores; e
- Confronto de informações geográficas dos fornecedores com os dados das bases de informações públicas oficiais para o monitoramento de desmatamento e sobreposição com terras indígenas e áreas protegidas.

Durante o período *in loco* nos dias 16 e 17 de agosto de 2023, a Minerva Foods informou à Equipe da BDO que toda comunicação entre as partes (Minerva Foods e Niceplanet Geotecnologia) ocorre via plataforma SMGeo. A Companhia insere as solicitações de consultas no pré-cadastro juntamente com os documentos necessários para realização das análises. As solicitações são recebidas pela Niceplanet Geotecnologia por meio de notificação eletrônica pela API que integra os sistemas. Seguem os documentos do fornecedor que são anexados na plataforma SMGeo junto aos dados cadastrais, se aplicável:

- Contratos de arrendamento/comodato/parceria/prestação de serviços, caso o fornecedor não seja proprietário da propriedade a ser analisada;

- Matrículas de registro imobiliário;
- Títulos de terra;
- Escrituras;
- Cartas de certificação de georreferenciamento do INCRA;
- Certidão de Desmatamento Ilegal da SEMAS-PA - LDI; e
- CAR.

A Niceplanet Geotecnologia possui uma inteligência artificial denominada "NIA" que é parametrizada a todos os critérios assumidos pela Minerva Foods e aos arquivos oficiais dos governos federal e estadual publicados em sites de órgãos e instituições. No momento que as informações do pré-cadastro são compartilhadas via API com a Niceplanet Geotecnologia, a inteligência artificial "NIA" realiza uma busca em todas as listas públicas, verificando a conformidade daquele pecuarista pré-cadastrado pela Minerva Foods. Caso seja aprovado, a empresa terceirizada de geomonitoramento retorna um parecer via API indicando a liberação para que a Companhia siga com a compra. Em caso da detecção pela "NIA" de inconformidade com o pecuarista, um responsável da empresa terceirizada retorna manualmente a análise, e caso o resultado permanecer, enviam um parecer à Minerva Foods solicitando o bloqueio daquele CPF/CNPJ. Ao realizar o bloqueio, o CPF automaticamente vai para uma "blacklist" de fornecedores que não podem ser comercializados pela Minerva Foods até que se regularizem.

Após os procedimentos cadastrais, a Niceplanet Geotecnologia classifica as propriedades como sendo:

- Propriedade liberada: esta classificação é atribuída a todas as propriedades em que:
 - ✓ O CPF/CNPJ dos fornecedores não conste na lista de cadastros de empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à escravidão, disponibilizada pela Lista Suja da Secretaria de Trabalho ou outras listas válidas;
 - ✓ O CPF/CNPJ dos fornecedores não conste em consultas públicas de autuações ambientais e embargos do IBAMA e SEMAS, ou mesmo constando, é identificado que o embargo pertence a outra propriedade distinta à propriedade fornecedora em análise; e
 - ✓ O perímetro da propriedade vinculada, já validado pelos critérios cartográficos, não se sobrepõem a terras indígenas, unidades de conservação, quilombolas, polígonos de desmatamento (PRODES), polígonos de áreas embargadas pelo IBAMA e SEMAS e não tenham sobreposição com outras propriedades com CAR ativo no SICAR Nacional.
- Propriedade em alerta: esta classificação é atribuída a todas as propriedades em que forem identificadas sobreposição maior que 10% com outro CAR;
- Propriedade bloqueada: esta classificação é atribuída a todas as propriedades em que:
 - ✓ O CPF/CNPJ dos fornecedores conste na Lista Suja da Secretaria de cadastros de empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à escravidão, disponibilizada pela Secretaria de Trabalho ou outras listas válidas;
 - ✓ O CPF/CNPJ dos fornecedores conste nas consultas públicas de autuações ambientais e embargos do IBAMA e da SEMAS, e mesmo sendo identificada que o embargo pertence a propriedade em análise ou à outra propriedade distinta, esta deve se encontrar a uma distância em linha reta inferior ao limite mínimo estabelecido;
 - ✓ Serão bloqueadas as propriedades com sobreposição Terras Indígenas (TI) que:
 - Propriedade < 100 ha: sobreposição da propriedade na TI > 10% da área total da propriedade;
 - Propriedade de 100 a 500 ha: sobreposição da propriedade na TI > 8% da área total da propriedade;
 - Propriedade de 500 a 1.000 ha: sobreposição da propriedade na TI > 6% da área total da propriedade;
 - Propriedade de 1.000 a 3.000 ha: sobreposição da propriedade na TI > 4% da área total da propriedade;
 - Propriedade > 3.000 ha: sobreposição da propriedade na TI > 2% da área total da propriedade.

- ✓ O perímetro da propriedade vinculada, já validado pelos critérios cartográficos, possui incidência de polígonos de desmatamento (PRODES) sobrepostos ao seu perímetro, com confirmação de corte raso a partir da análise multitemporal de imagens de satélite; e
- ✓ O perímetro da propriedade vinculada, já validado pelos critérios cartográficos, possui incidência de polígonos de áreas embargadas pelo IBAMA sobrepostos ao seu perímetro.

No que tange a análise de desmatamento, a verificação ocorre em 02 (dois) momentos: no ato do cadastramento da propriedade e no ato da compra. Além disso, o desmatamento pode ser confirmado pelo PRODES, conforme detalhamento:

Análise dos polígonos de desmatamento PRODES: os polígonos de desmatamento PRODES disponibilizados pelo INPE anualmente, a partir do ano de 2008, são sobrepostos aos *shapefiles* dos perímetros das propriedades dos fornecedores já cadastradas na Plataforma SMGeo.

Os relatórios PRODES são analisados considerando apenas aqueles que possuem dias julianos (Julday) referentes à data de 22 de julho de 2008, ou posterior, e Julday referente à data de 05 de outubro de 2009, ou posterior, para os demais estados. Conforme informado pela Companhia, o procedimento é aplicado a todas as propriedades do Bioma Amazônia.

As propriedades que possuam PRODES sobrepostos aos seus perímetros, são realizadas análises multitemporais, a partir de imagens de satélite disponibilizadas pelo INPE, para confirmação do desmatamento (corte raso) dentro do polígono descrito. Caso seja constatado o desmatamento, a propriedade é bloqueada para comercialização, sendo este cadastro finalizado e a propriedade fornecedora classificada como "bloqueada", sendo disponibilizadas, via Plataforma SMGeo, o parecer técnico e certificado. Quando necessário, conforme informado pela Companhia, ela solicita a cartografia evidenciando o corte raso.

As propriedades que possuam polígonos de PRODES sobrepostos aos seus perímetros e possuam LAR emitida em data posterior à data descrita nos polígonos PRODES, são classificadas como "liberada".

As propriedades que possuam incidência de PRODES, mas não apresentarem na análise multitemporal de imagens de satélite os desmatamentos apontados pelo INPE são classificadas como "liberada", caracterizando os polígonos como "falsos positivos" em sua análise geoespacial, sendo disponibilizadas, via Plataforma SMGeo, o parecer técnico e certificado. Quando necessário, conforme informado pela Minerva Foods, a Companhia solicita a cartografia evidenciando a não antropização da área apontada.

"Descrever o sistema de bloqueio de compra utilizado pela empresa, como é realizada sua atualização conforme as listas públicas e lista GEO."

(trecho retirado do TdR - Modelo do relatório de auditoria)

O bloqueio dos fornecedores é realizado por meio do sistema de travas e é automatizado. O sistema é responsável pelo bloqueio do CPF/CNPJ de fornecedores irregulares e a Equipe de Sustentabilidade Corporativa da Companhia pela criação de exceção à compra em propriedades não constantes nas listas de embargo do IBAMA e bloqueados pela Niceplanet Geotecnologia e enviados à Minerva Foods via API. Esses fornecedores constarão na lista GEO, planilha gerada a partir de dados do sistema de geomonitoramento das propriedades do Bioma Amazônia, contendo os resultados dos certificados de monitoramentos realizados no ano de 2022, porém pertencentes a fornecedores bloqueados. Essa criação de exceção é feita manualmente e pode ser aceita ou não, conforme análise feita pela Área de Sustentabilidade Corporativa da Minerva Foods.

Salienta-se que para os bloqueios, devido ao proprietário estar na Lista Suja da Secretaria de Trabalho por fazer uso de mão-de-obra análoga à escravidão, não há criação de exceção, pois o CPF/CNPJ do fornecedor é bloqueado, assim como todas as propriedades de sua posse, não sendo possível adquirir gado de nenhuma das fazendas que possui.

O acesso ao sistema para criação das exceções é limitado somente aos colaboradores do Departamento de Sustentabilidade Corporativa da Minerva Foods. As informações públicas de bloqueios são verificadas pelo departamento, conforme atualização diária pelo IBAMA e para a Lista Suja da Secretaria de Trabalho a cada nova atualização divulgada.

Quanto às demais informações de bloqueio relacionadas à desmatamento, sobreposição em terras indígenas e áreas protegidas, unidades de conservação, quando recebidas da empresa contratada para realizar o geomonitoramento é realizado o credenciamento automaticamente via Sistema Minerva Foods. Para os casos informados pelo MPF, de violência agrária ou grilagem, o credenciamento é realizado manualmente na "blacklist".

Quando uma propriedade é liberada no sistema por meio da criação de exceção feita por um colaborador da Área de Sustentabilidade Corporativa, esse desbloqueio dura normalmente 03 (três) dias até o dia do abate, ressaltando que as verificações, ainda que com exceção criada, são feitas a cada aquisição de matéria-prima. Em alguns casos, a liberação da propriedade excede 03 (três) dias, pois algumas propriedades são distantes da unidade de abate, de modo que a viagem pode ser mais longa. De qualquer forma, a liberação não excede 15 (quinze) dias.

V) Procedimentos

"Descrever a estratégia (trilha) e os procedimentos de auditoria adotados para evidenciar o cumprimento aos Critérios Mínimos, informando quais documentos foram disponibilizados, de acordo com o que o Termo de Referência estabelece para cada uma das etapas do processo de auditoria."

(trecho retirado do TdR - Modelo do relatório de auditoria)

Os procedimentos adotados consistiram na análise dos documentos e informações referentes às compras de bovinos realizadas pela Minerva Foods dentro da área do Bioma Amazônia no período estabelecido de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, de acordo com a Norma NBC TSC 4400 - Trabalhos de procedimentos previamente acordados sobre informações contábeis, aprovada pela Resolução CFC nº 1.277/10.

Os trabalhos foram realizados com base no Termo de Referência (TdR) acordado previamente entre as empresas signatárias do acordo e a Organização Não Governamental Greenpeace e em documentos apresentados pela Minerva Foods para evidenciar o cumprimento dos "critérios mínimos para operações com gado e produtos bovinos em escala industrial no Bioma Amazônia". Os principais procedimentos aplicados no trabalho incluem:

- Inspeção documental;
- Indagações aos colaboradores que operam o sistema presencialmente por meio de entrevistas; e
- Simulações de operações nas ferramentas existentes.

Para evidenciar o cumprimento aos critérios mínimos, de acordo com o que o termo de referência estabelecido para cada uma das etapas do processo, foram realizados os procedimentos citados a seguir. Nos demais tópicos deste relatório, serão detalhados os procedimentos de cada um dos passos de trabalho e as constatações obtidas no processo de checagem.

Primeiramente, foram solicitados à Minerva Foods os seguintes documentos necessários para a execução dos passos de trabalho e análises pertinentes:

- Registros de compras e recebimentos de animais no período verificado;
- Relação de fornecedores diretos relativo ao período verificado;
- Lista interna de fornecedores bloqueados a partir de análise de imagens de satélite e sistema de informação geográfica, contendo o nome do proprietário, documento de identificação, o nome da propriedade e o motivo do bloqueio, fornecida pela Niceplanet Geotecnologia;

- Notas fiscais, ordens de compra e GTAs de 25 (vinte e cinco) compras, selecionadas aleatoriamente, a partir da amostra de 10% de todas as compras do Bioma Amazônia;
- Documentos CAR ou LAR de 25 (vinte e cinco) compras selecionadas aleatoriamente, a partir da amostra de 10% de todas as compras do Bioma Amazônia realizadas no ano de 2022; e
- Documentos CCIR de 25 (vinte e cinco) compras selecionadas aleatoriamente, a partir da amostra de 10% de todas as compras do Bioma Amazônia realizadas no ano de 2022.

Além dos documentos acima, foram solicitados e recebidos da empresa de geomonitoramento Niceplanet Geotecnologia:

- Comprovante de inscrição e de situação cadastral junto à Receita Federal;
- Contrato de Constituição de Sociedade Limitada;
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- Currículo dos profissionais; e
- Arquivo em PDF que contém os procedimentos operacionais.

Adicionalmente ao cruzamento das listas públicas de áreas embargadas (IBAMA) e do trabalho escravo (Lista Suja da Secretaria de Trabalho) com a amostra de 10% das compras dos fornecedores do Bioma Amazônia no ano de 2022, foi baixada a lista no site do IBAMA e da Lista Suja da Secretaria de Trabalho, contendo o cadastro de empregadores condenados pela exploração de trabalhadores atualizado até essa data, ambas baixadas em 08 de agosto de 2023.

Com o recebimento dos documentos listados, foram realizados os seguintes passos:

- Foi gerada uma amostragem de 10% do total de compras de gado realizadas no Bioma Amazônia, de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, contemplando todos os meses do ano e proporcionalmente todas as unidades abastecidas com matéria-prima originária do Bioma Amazônia;
- A amostragem obtida foi confrontada com as listas do IBAMA, lista emitida pela Lista Suja da Secretaria de Trabalho e com a lista obtida pela empresa terceirizada de geomonitoramento (desmatamento, terras indígenas e unidades de conservação) por meio da informação em comum entre elas que é o CPF/CNPJ;
- No caso de proprietários, ou propriedades que constavam em alguma das listas, foi checada a data de inserção na lista, que deve ser posterior à data da compra. Além disso, foi checada a localização do município da propriedade embargada, da propriedade fornecedora e o respectivo nome, visando averiguar se é a mesma;
- Para esses fornecedores ou propriedades que constavam nas listas foi identificada alguma irregularidade e/ou necessidade de alguma confirmação adicional, além da documentação complementar solicitada, foi feito o teste de bloqueio no sistema da Minerva Foods, realizando uma simulação de compra dos fornecedores constatados no passo de trabalho anterior. Conforme citado anteriormente, o sistema prevê a possibilidade de desbloqueio quando há trava pelo sistema de CPF/CNPJ, fornecedores de áreas embargadas pelo IBAMA, desmatamento (PRODES) e sobreposição em áreas indígenas e unidades de conservação. Contudo, o desbloqueio apenas ocorre quando a propriedade em questão não é aquela que gerou a trava, processo este que é feito apenas por colaboradores da Sustentabilidade Corporativa da Minerva Foods. Nos casos de bloqueio por constar na Lista Suja da Secretaria de Trabalho, não é possível desbloquear nenhuma das fazendas para compra;
- Conforme o Termo de Referência, a amostragem utilizada para o teste de bloqueio deveria ser igual a 10 (dez) casos para cada critério (IBAMA, lista emitida pela Lista Suja da Secretaria de Trabalho e lista GEO), porém, para a Lista Suja da Secretaria de Trabalho não puderam ser realizados 10 (dez) testes, uma vez que não foi encontrado nenhum caso no cruzamento das listas. Assim, com relação ao critério de propriedades irregulares, foram verificados 17 (dezesete) casos, de modo que foram realizados 05 (cinco) testes para o IBAMA e 12 (doze) casos para a lista GEO;
- Foi realizada uma checagem *in loco* com os responsáveis pelos procedimentos de geomonitoramento da empresa terceirizada, a fim de entender se os processos realizados para garantir que a compra seja regular e que não haja compras com fornecedores que tenham propriedades com sobreposição a terras indígenas, unidades de conservação ou que tenham realizado desmatamento a partir de julho de 2008;

- Ainda com relação aos procedimentos de geomonitoramento realizados pela Niceplanet Geotecnologia para confirmar a confiabilidade e eficácia do serviço prestado, foi gerada uma amostra de 28 (vinte e oito) propriedades para a simulação do monitoramento referente a 28 (vinte e oito) compras, contendo propriedades habilitadas e inabilitadas para a compra, sendo testadas 10 (dez) propriedades para cada um dos critérios para desmatamento, 08 (oito) propriedades para sobreposição de terras indígenas e 10 (dez) propriedades para sobreposição a unidades de conservação;
- Adicionalmente, como forma de complementar às análises correspondentes e às informações de regularização fundiária e ambiental, foi gerada uma amostragem aleatória de 25 (vinte e cinco) compras por unidades, em que notas fiscais, GTAs e ordens de compra foram analisadas pela Equipe da BDO, considerando as mesmas compras selecionadas para as análises de CCIR;
- Para o documento CAR ou LAR, foram selecionadas aleatoriamente, por meio de *software* estatístico, 25 (vinte e cinco) compras da amostra para apresentar a documentação no sistema da Minerva Foods; e
- Ainda visando verificar a legalidade dos títulos de propriedade, foram selecionadas de maneira aleatória, por meio de *software* estatístico, 25 (vinte e cinco) compras para a verificação do documento CCIR do site do INCRA e/ou documentos como matrícula do imóvel.

Etapa 1 - processo de amostragem, teste do sistema de compras de gado e teste do sistema de bloqueio de fornecedores em não conformidade

Passo 1 - seleção da amostragem

“Descrever sucintamente os procedimentos aplicados para a extração das informações das compras de gado realizadas no Bioma Amazônia pelas empresas, no período auditado, e os critérios adotados para a seleção da amostragem. O cálculo amostral não será publicado e poderá ser aberto ao Greenpeace, desde que acordada cláusula de confidencialidade das informações.”

(trecho retirado do TdR - Modelo do relatório de Auditoria)

A Minerva Foods extraiu de seu sistema ERP a base de dados de compras de bovinos no Bioma Amazônia realizadas entre 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022. A extração dessa base foi acompanhada por um profissional de Tecnologia da Informação da BDO e ocorreu em 07 de agosto de 2023 de maneira a assegurar a integridade das informações na referida base.

Desse total de compras realizadas de propriedades localizadas no Bioma Amazônia, foi gerada uma amostragem de 10%, conforme acordado entre as empresas e o Greenpeace, o que resultou em um total de 1.429 (um mil, quatrocentos e vinte e nove) operações de compra de gado.

A seleção da amostragem foi elaborada utilizando *software* estatístico, contemplando cada um dos 12 (doze) meses do período amostrado e considerando uma amostragem de 10% por unidade frigorífica, garantindo assim a proporção real da representatividade de compras das diferentes unidades da Empresa (vide Tabela 1 do Apêndice, ao final deste relatório).

Passo 2 - teste do sistema de compras de gado

“Descrever sucintamente como foram confrontadas as listas públicas (Ibama e MTE) e lista Geo com a amostragem de compras de gado, identificando as dissonâncias e concordâncias.

Caso seja identificada a compra de gado de propriedades de qualquer uma das listas, apresentar uma avaliação percentual do volume de compras irregulares em relação ao universo amostral e como foi checada em eventual compra de gado proveniente de fornecedores irregulares.”

"O cálculo amostral não será publicado e poderá ser aberto ao Greenpeace, desde que acordada cláusula de confidencialidade das informações."

(trecho retirado do TdR - Modelo do relatório de Auditoria)

Para execução desse passo de trabalho para o teste de compra de gado, a Equipe da BDO realizou no em 08 de agosto de 2023, o *download* das listas oficiais de áreas embargadas do IBAMA "Lista IBAMA" e lista emitida pela Lista Suja da Secretaria de Trabalho, referente a fornecedores acusados de utilizar mão de obra em condições análogas à escravidão.

Posteriormente, em 09 de agosto de 2023, a Minerva Foods enviou a Lista GEO da Niceplanet Geotecnologia, sendo esta, lista de propriedades com fornecedores habilitados, inabilitados e em atenção contemplando os 12 (doze) meses de 2022 para qualquer um dos seguintes critérios: desmatamento (PRODES), sobreposição com Terras Indígenas e Unidades de Conservação Ambiental.

Para realizarmos as análises, a Lista IBAMA foi confrontada com a amostragem de 10% das compras de gado provenientes do Bioma Amazônia por meio do campo identificador em comum entre as planilhas, o CPF/CNPJ dos fornecedores. Neste confronto foram identificados 21 (vinte e um) fornecedores, totalizando 71 (setenta e uma) compras, sendo que:

- Em 57 (cinquenta e sete) desses casos foi constatado que se referem a municípios e fazendas diferentes;
- Em 03 (três) casos o nome pecuarista, CPF/CNPJ e municípios eram iguais, porém a data da compra foi anterior à data de inserção na lista de embargos ambientais IBAMA; e
- Em 10 (dez) casos foram solicitadas justificativas à Minerva Foods para comprovar que não se referia a mesma fazenda. Conforme documentação suporte apresentada pela Minerva Foods em 14 de agosto de 2023, para 09 (nove) casos foram encaminhados mapas cartográficos e coordenadas geográficas das fazendas e a distância entre as fazendas fornecedoras e o local de embargo, sendo possível verificar que o embargo está fora dos limites da propriedade que houve comercialização. Em 01 (um) caso, foi encaminhado um termo de embargo emitido pelo IBAMA, datado em 19 de outubro de 2022, por armazenagem de combustíveis óleo diesel sem licença do órgão ambiental competente, informação que, segundo a Companhia, não impede a comercialização de gado bovino pela propriedade.

Com relação à Lista Suja da Secretaria de Trabalho, o mesmo procedimento de confronto da amostragem de compras da Minerva Foods com a lista de fornecedores acusados de possuir trabalho análogo à escravidão foi realizado. Como resultado, constatou-se que não há proprietários presentes nessa lista.

Em relação à lista GEO recebida pela Equipe da BDO em 09 de agosto de 2023, que contém todas as propriedades monitoradas pela empresa terceirizada que foram bloqueadas por desmatamento (PRODES), polígonos IBAMA, lista IBAMA, lista de desmatamento ilegal do Pará (LDI), consulta SEMAS, sobreposição em terras indígenas e em unidades de conservação no período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, realizou-se o confronto utilizando CPF/CNPJ do fornecedor como campo identificador em comum. Foram identificadas 12 (doze) compras, referentes a 12 (doze) CPFs/CNPJs que foram realizadas compras após a data de inserção na lista de "bloqueados". Para os casos encontrados, a Equipe da BDO solicitou justificativas à Minerva Foods e em resposta:

Nos 12 (dozes) casos, a Minerva Foods justificou, em 18 de agosto de 2023, que o motivo dos bloqueios foi por pendências no CAR e foram desbloqueadas posteriormente após apresentação de um CAR válido. Além disso, foram apresentados os relatórios de análises realizados à época da compra, com a data de liberação de cada uma das propriedades. Atualmente, para os 12 (doze), 05 (cinco) casos encontram-se bloqueados, 06 (seis) encontram-se liberados e 01 (um) está com os *status* de inativo no Sistema Minerva Foods conforme detalhamento do teste a seguir, realizado em 17 de agosto de 2023.

Passo 3 - teste de sistema de bloqueio de fornecedores em não conformidade

“Descrever sucintamente como foi avaliado o sistema de monitoramento de compras de gado realizadas no Bioma Amazônia, como é realizado o bloqueio de compra (automático ou manual, mecanismo de desbloqueio, se aplicável) de fornecedores em não conformidade e como foi checada em eventual ocorrência de falha de bloqueio de compras de gado provenientes de fornecedores irregulares. Caso seja permitido o desbloqueio do fornecedor, descrever quais os critérios estabelecidos para o desbloqueio.”

(trecho retirado do TdR - Modelo do relatório de Auditoria)

Com o objetivo de avaliar a efetividade do sistema de bloqueio da Companhia, o TdR aponta que a partir do total de fornecedores irregulares obtidos no cruzamento da amostra de compras em confronto com as listas (IBAMA, MTE e GEO), devem ser realizados testes de bloqueio no sistema informatizado da Companhia.

Nesse procedimento, há a indicação que devem ser selecionados 10 (dez) propriedades para cada critério (IBAMA, MTE e GEO), totalizando 30 (trinta) casos a serem testados, ou caso não haja número suficiente de fornecedores bloqueados no cadastro da empresa, utilizar a maior amostra possível.

O teste foi realizado em 17 de agosto de 2023 com a participação da Equipe de Sustentabilidade Corporativa da Minerva Foods junto a 01 (um) comprador de gado de cada unidade selecionada e a Equipe da BDO. Para os critérios relacionados, a Lista IBAMA, os 10 (dez) casos estavam bloqueados para compra no sistema da Minerva Foods, de modo que ao tentar prosseguir com a compra, o sistema apresentou uma mensagem automática de bloqueio, impedindo que o pedido fosse gravado e a compra efetivada (vide Tabela 3 do Apêndice ao final deste relatório). Com relação à Lista Suja da Secretaria de Trabalho, não foi realizado o teste, pois conforme mencionado, não foram constatados proprietários presentes na lista. Por fim, nos testes de compra das propriedades da Lista GEO, o resultado para os 12 (doze) casos selecionados foram:

- Em 05 (cinco) casos, ao realizar a tentativa de compra, o sistema informou que a propriedade está na “*blacklist*”, impossibilitando a continuidade do processo de compra;
- Em 01 (um) caso, ao realizar a tentativa de compra, o sistema informou que a fazenda está inativa e consta na “*blacklist*”, impossibilitando a continuidade do processo de compra; e
- Em 06 (seis) casos, ao realizar tentativa de compra, o sistema informou que as propriedades estavam liberadas para compra. Ao questionar a Companhia, foi informado que os bloqueios se davam devido a pendências no documento CAR e que após o envio de um arquivo válido enviado pelos pecuaristas, as propriedades foram liberadas no sistema para comercialização. Como forma de comprovação da habilitação das propriedades, foram compartilhados em 18 de agosto de 2023 os relatórios de análise ambiental na data da compra, comprovando que as fazendas foram liberadas e a compras estavam regulares.

Etapa 2 - empresa terceirizada de geomonitoramento (Niceplanet Geotecnologia)

Passo 1 - verificação dos procedimentos

“Descrever sucintamente como foi realizada a avaliação dos procedimentos da empresa terceira de geomonitoramento que alimentam o sistema de compras dos frigoríficos e quais documentos foram verificados a fim de garantir a integridade dos processos da empresa contratada.”

(trecho retirado do TdR - Modelo do relatório de Auditoria)

Para a execução dessa etapa de trabalho, o TdR solicita que a empresa de auditoria independente verifique os procedimentos adotados pela empresa terceirizada de geomonitoramento, a fim de verificar a integridade e transparência do processo de elaboração e atualização das informações geográficas que alimentam os sistemas de cadastros de fornecedores e bloqueios. Nesta etapa é necessário que sejam avaliados os critérios de geomonitoramento da Companhia com o intuito de obter um melhor entendimento sobre os procedimentos realizados.

Para melhor detalhamento e entendimento do processo, a Equipe da BDO participou de uma reunião no escritório corporativo da Companhia, situado em Barretos em 17 de agosto de 2023, acompanhada por 01 (um) colaborador da Equipe de Sustentabilidade Corporativa da Minerva Foods, onde foi abordada a metodologia adotada e previamente acordada entre a Niceplanet Geotecnologia e Minerva Foods, bem como explanação dos critérios adotados nas análises de geomonitoramento utilizados para cada nível de precisão geográfica, etapas realizadas, processos e documentações aceitas.

Diante disso, conforme consta no Termo de Referência, a Equipe da BDO solicitou à empresa de geomonitoramento documentação referente ao: objeto social, CNAE, responsabilidade técnica no CREA e realizaram a validação das informações no mesmo dia, em 17 de agosto de 2023.

Passo 2 - simulação do monitoramento

“Descrever sucintamente a metodologia para seleção da amostragem e os procedimentos aplicados para as simulações do monitoramento para cada critério, como foi realizada a simulação dos casos e os resultados obtidos.”

(trecho retirado do TdR - Modelo do relatório de Auditoria)

Para a realização desse passo de trabalho, 01 (um) dos colaboradores da Niceplanet Geotecnologia realizou uma apresentação à Equipe da BDO na Sede da Minerva Foods, em Barretos - SP, em 17 de agosto de 2023.

Para isso, foram explicados os procedimentos de monitoramento, além de simulações de casos de fornecedores inabilitados e habilitados selecionados aleatoriamente via *software* estatístico utilizado pela Equipe da BDO.

Após a explanação já detalhada na etapa anterior, foi realizada a simulação de geomonitoramento. O TdR solicita que sejam simulados 10 (dez) casos de cada um dos critérios de monitoramento (desmatamento, sobreposição a unidades de conservação e sobreposição a terras indígenas) que a empresa de geomonitoramento realiza para a Minerva Foods. A simulação deve ocorrer tanto para fornecedores bloqueados, como aqueles liberados, totalizando 30 (trinta) compras testadas. No entanto, após receber a lista de geomonitoramento pela Minerva Foods, foi considerada a maior amostra encontrada de 28 (vinte e oito) compras, uma vez que não foi possível chegar aos 30 (trinta) casos, conforme pede-se no TdR, pois não havia todos os casos a serem testados para terra indígena.

Assim, para testar o monitoramento realizado pela Empresa Niceplanet Geotecnologia, foi utilizada uma amostra de 28 (vinte e oito) propriedades, em que selecionamos 10 (dez) propriedades para verificar o monitoramento do critério de desmatamento, 10 (dez) propriedades para testar o monitoramento do critério de sobreposição a unidades de conservação e 08 (oito) propriedades para testar o monitoramento do critério de sobreposição a terras indígenas.

Para formalização e comprovação da simulação do monitoramento das 28 (vinte e oito) propriedades, foram enviados prints de tela da análise realizada. Os casos foram testados individualmente e a Equipe da Niceplanet Geotecnologia demonstrou *in loco* qual foi a análise realizada que levou à classificação de cada fazenda fornecedora. Para todos os casos testados, em 27 (vinte e sete) casos foi verificada a conformidade das fazendas fornecedoras em relação ao seu status. Porém, em 01 (um) caso de Terra Indígena bloqueada a propriedade encontra-se liberada atualmente e, como forma de comprovar a análise status à época da compra, foi encaminhado o resultado de análise socioambiental com o status bloqueado, sendo relatado pela Niceplanet Geotecnologia a lógica da liberação pelas novas regras aplicadas atualmente.

Etapa 3 - avaliação de documentos de regularização fundiária e ambiental

“Descrever sucintamente a metodologia para seleção da amostragem e como foram realizadas as análises dos documentos, identificando as dissonâncias e concordâncias.”

(trecho retirado do TdR - Modelo do relatório de Auditoria)

De maneira a garantir o cumprimento dos critérios mínimos, foram realizadas também as análises das documentações de regularização ambiental - CAR ou LAR (e/ou protocolos) e análise de documentações de regularização fundiária - CCIR. Adicionalmente, por solicitação da Companhia, incluímos em nossas análises nessa etapa as documentações referentes a notas fiscais, GTAs e ordens de compra que serão percorridas ao longo desse passo.

Em relação às documentações de regularização ambiental e fundiária, demonstramos a seguir o percentual de fornecedores que constam na amostra de 10% de compras do Bioma Amazônia que possuem informações sobre CAR ou LAR/LAU e protocolos e CCIR no cadastro da Minerva Foods. Reitera-se que a apresentação da LAR é obrigatória somente ao Estado do Pará e para propriedades acima de 3 mil hectares. Para essa verificação, não houve apresentação de LAR. Dessa forma o percentual de documentos apresentados são:

- CAR ou LAR: 100%; e
- CCIR: 100%.

Para a conferência das documentações de regularização ambiental e fundiária (CAR ou LAR e CCIR) foram verificados *in loco*, em 16 de agosto de 2023, no escritório da Minerva Foods em Barretos, conforme documentos contidos no sistema da Companhia. De acordo com o TdR, foi selecionada uma amostragem aleatória, no *software* estatístico, de 25 (vinte e cinco) compras para cada documentação (CAR ou LAR e CCIR) presentes nos 10% de compras de fazendas fornecedoras localizadas no Bioma Amazônia.

Em relação ao CAR, durante o confronto do documento apresentado, com as informações constantes no sistema da Minerva Foods foi constatado que:

- Em 15 (quinze) casos, foi apresentado o Recibo de Inscrição no CAR e as informações estavam de acordo com a base de compras;
- Em 01 (um) caso, a Companhia apresentou um demonstrativo do CAR, porém, o arquivo não continha a informação do CPF do fornecedor. Como documentação suporte, foi mostrado um contrato de arrendamento, sendo possível comprovar vínculo em relação à base de compras;
- Em 02 (dois) casos, o nome da propriedade do CAR estava divergente em relação à base Minerva Foods. Como justificativa, foi apresentada documentação suporte “CCIR” que comprovou o vínculo das partes em relação aos fornecedores contidos na base de compra Minerva Foods, alteração contratual e atualização no nome da propriedade;
- Em 01 (um) caso, a propriedade era de confinamento Minerva Foods. Assim, foi apresentado o documento Sistema de Informação para Gestão do Cadastro Ambiental Rural (SIGCAR) no qual apresenta que o proprietário é a própria Minerva Foods. No entanto, as informações eram divergentes em relação à base de compras. Desta forma, foi nos mostrado o CCIR que por meio do código do imóvel rural foi possível comprovar vínculo;
- Em 04 (três) casos, foi apresentado o Recibo de inscrição do CAR em que os nomes do fornecedor eram divergentes em relação à base de compras. A fim de validar as informações, foram apresentados 01 (um) contrato de arrendamento, 02 (dois) contratos de compra e venda e 01 (uma) matrícula do imóvel comprovando o vínculo entre as partes;
- 01 (um) caso em que o nome do fornecedor era divergente em relação à base de compras. No entanto, a Companhia apresentou como documentação suporte a certidão de casamento sendo possível a comprovação de vínculo; e
- Por fim, 01 (um) caso em que a Companhia apresentou uma consulta do Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços (SINTEGRA) sendo possível constatar todas as informações em relação à base de compras.

Em relação ao CCIR, durante o confronto do documento com as informações do sistema da Minerva Foods foram apresentadas documentações de CCIR e matrículas de imóvel não sendo encontrada nenhuma divergência em relação à base de compras selecionada.

Por fim, para as documentações de notas fiscais, GTAs e ordens de compra não foi encontrada nenhum tipo de divergência.

VI) Resultados do processo de auditoria

“Citar, com base nos procedimentos aplicados, se foi identificado alguma operação de compra que não contempla todos os pontos do compromisso público, indicando a causa raiz do descumprimento aos Critérios Mínimos.

Para o critério “Sistema de rastreabilidade de fornecedores indiretos”, descrever sucintamente os procedimentos aplicados para a verificação do item. Caso a empresa não evidencie a existência do controle de toda a cadeia produtiva (fornecedores indiretos - fazendas de cria e recria de gado), o critério deve ser considerado como em não conformidade.”

(trecho retirado do TdR - Modelo do relatório de Auditoria)

Baseado em todos os procedimentos descritos anteriormente, em relação aos critérios de desmatamento posterior a julho de 2008, sobreposições a unidades de conservação ou terras indígenas (“Lista GEO”) e de fornecedores que constam na lista emitida pela Lista Suja Secretaria de Trabalho, não foram identificadas operações de compra que não estejam em conformidade com os critérios descritos no “Compromisso Público da Pecuária”.

Em relação aos fornecedores indiretos, assim como em trabalhos anteriores, ainda não há uma verificação sistematizada e acesso a dados públicos para estes casos. Vale ressaltar que o monitoramento dos fornecedores indiretos exige apoio e investimento do governo com tecnologias que promovam a rastreabilidade dos bovinos desde o nascimento até o abate. Isso é importante, principalmente nas pequenas propriedades, onde existem recursos limitados para investir em tecnologias de monitoramento.

Conforme informado pela Companhia, em abril de 2021 foi divulgado um compromisso no pilar ambiental com metas de curto, médio e longo prazo, sendo um deles até 2030, implementar um programa de monitoramento para os fornecedores indiretos e garantir o monitoramento de 100% de sua cadeia de abastecimento em toda a América do Sul. Com isso, a Minerva Foods divulgou em 2021 a integração de seus sistemas internos à ferramenta de rastreabilidade complementar, Visipec, desenvolvida pela *Gibbs Land-Use Environment Lab* na Universidade de Wisconsin-Medison (“UW”) e gerenciada pela *National Wildlife Federation* (“NWF”), com o objetivo de avaliar os riscos relacionados aos fornecedores indiretos. Ainda relacionado ao tema, a Minerva Foods lançou, em parceria com a Niceplanet Geotecnologia, o aplicativo SMGeo Prospec para os produtores rurais de todo o Brasil, dando a possibilidade de consultarem a conformidade da sua cadeia de fornecimento de gado por meio de análises socioambientais e geoespaciais em todo o país. Para mais detalhes acesse os compromissos da Minerva Foods com a Sustentabilidade: <https://www.minervafoods.com/compromisso-com-a-sustentabilidade/>

Outra exigência dos “critérios mínimos para operações com gado e produtos bovinos em escala industrial no Bioma Amazônia” foi a assinatura do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. A associação da Minerva Foods com o InPACTO (Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo) pode ser confirmada no site oficial (**Associe-se ao InPACTO - InPACTO**), acesso em 22 de agosto de 2023, onde constam todos os signatários do Pacto Nacional e pelo Termo de Associação de empresas ao InPACTO.

Em relação ao critério de rejeição à grilagem e à violência no campo, não existem informações públicas que possibilitem identificar fornecedores irregulares para bloquear fazendas fornecedoras via sistema. Além disso, a Minerva Foods informou, via e-mail, em 22 de agosto de 2023, que não recebeu nenhum comunicado ou denúncia do Ministério Público ou por Institutos de Terra Federal ou Estaduais no ano de 2022.

Com relação ao Plano de Trabalho desta auditoria, contendo os critérios mínimos para operações com gado e produtos bovinos em escala industrial no Bioma Amazônia, não está sendo mais realizado, pois esse era uma exigência do Greenpeace, o qual não está mais à frente do acordo.

1. Acesso à Informação

“Descrever sucintamente as condições ao acesso das informações essenciais para evidenciar o cumprimento da empresa aos Critérios Mínimos. Preencher a Tabela 1 identificando todos os documentos analisados, suas referências (data ou código e versão).”

(trecho retirado do TdR - Modelo do relatório de Auditoria)

A Minerva Foods disponibilizou os documentos e informações necessárias para a realização dos trabalhos, conforme a solicitação da Equipe da BDO.

Foi possível ter acesso ao sistema de compras, cadastro e monitoramento da Minerva Foods, assim como todos os documentos solicitados referentes às compras da amostra selecionada.

Adicionalmente, os principais responsáveis pelas informações necessárias para o entendimento dos processos e para o esclarecimento de dúvidas estavam à disposição da Equipe da BDO.

Segue a tabela que contém as informações necessárias para a realização das análises e seu período de abrangência:

Tabela 1 - lista de conferência de documentos analisados

Nome do documento	Data de abrangência / código e versão	Avaliado (S/N)
Procedimentos ou manual do sistema	Referente ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022	S
Registros de compras/relação de fornecedores	Referente ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022	S
Sistema de monitoramento	Referente ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022	S
Sistema de bloqueio ²	Referente ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022	S
Lista pública de propriedades embargadas - IBAMA	Download da lista realizado no dia 08 de agosto de 2023 (http://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php)	S
Lista Pública de pessoas / empresas - mão-de-obra escrava - MTE (Lista Suja da Secretaria de Trabalho)	Download da lista realizado no dia 08 de agosto de 2023 (cadastro_de_empregadores.pdf (www.gov.br))	S
Lista de fornecedores bloqueados - Geo	Lista encaminhada pela Minerva Foods no dia 09 de agosto de 2022	S

Para o sistema de bloqueio, não recebemos um manual de procedimentos. Foi realizada somente uma explanação in loco.

2. Não conformidade

“A empresa de auditoria deve apresentar evidências de não conformidade de forma clara, descrevendo o problema e considerando fatos concretos, para que o relatório seja uma ferramenta de melhoria contínua do sistema de compras corporativo. O detalhamento da não conformidade deverá estar descrito no documento Anexo à Auditoria, sendo que este NÃO será publicado e poderá ser aberto ao Greenpeace, desde que acordada cláusula de confidencialidade das informações.”

(trecho retirado do TdR - Modelo do relatório de auditoria)

Exceto pelo critério “sistema de rastreabilidade de fornecedores indiretos”, não foi possível ser realizado, pela Companhia, até o presente momento, pois o monitoramento desses indiretos depende de apoio e investimento do governo em tecnologias que promovam a rastreabilidade dos bovinos desde o nascimento até o abate, além dos compromissos já citados anteriormente.

Conforme informado, a Companhia possui compromissos públicos para o monitoramento de fazendas fornecedoras indiretas para todos os países em que possui operação na América do Sul até 2030 por meio de ações, como:

- Desenvolvimento e integração da ferramenta Visipec no sistema de monitoramento geográfico para a Amazônia brasileira concluído em dezembro 2021;
- Desenvolvimento da integração dos sistemas internos atestando cerca de 98% de atendimento aos critérios definidos pelas boas práticas do Grupo de Trabalho de Fornecedores Indiretos (GTFI);
- Desenvolvimento e implantação do Aplicativo “Prospec” de verificação de fornecedores indiretos em parceria com Niceplanet Geotecnologia para o Brasil. Para os demais países haverá o desenvolvimento e implantação de uma ferramenta até 2030. A Companhia está fazendo uma campanha de engajamento com pecuaristas e *stakeholders* do setor produtivo para promover o monitoramento de indiretos com o uso do Prospec.

As demais evidências de irregularidades constatadas foram justificadas por parte da Minerva Foods e ajustadas no sistema, quando necessário. O detalhamento desses casos foi apresentado no decorrer deste relatório.

VII) Limitações

Os procedimentos que executamos servem somente para auxiliar a Companhia no atendimento do compromisso de adoção dos “critérios mínimos para operações com gado e produtos bovinos em escala industrial no Bioma Amazônia” constante no Termo de Referência referente ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022. Este relatório destina-se exclusivamente à finalidade descrita acima e não deverá ser apresentado ou distribuído a quem não tenha concordado com os procedimentos previamente acordados ou não tenha responsabilidade sobre a sua suficiência e propósitos, bem como não devendo ser utilizado para qualquer outra finalidade, incluindo discussão judicial.

Nossos trabalhos tiveram como base a aplicação dos procedimentos previamente acordados sobre a documentação apresentada, que representam constatações factuais, razão pela qual não representam garantia plena de que terceiros que não tenham concordado com a natureza e extensão dos procedimentos contidos neste relatório, não tenham entendimento adverso, admitindo que certas questões dependam de aceitação prévia de tais procedimentos.

Salvo disposição em contrário aqui contida, ou quando compelido por processo legal, a Companhia não poderá divulgar, por via oral ou escrita, qualquer relatório preliminar ou qualquer parte, incluindo resumo dele, ou faça qualquer referência à BDO Brazil em conexão com ele, a qualquer terceiro sem obter o consentimento prévio por escrito da BDO Brazil.

Adicionalmente, os procedimentos executados não constituem um exame ou uma revisão de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, nenhuma segurança está sendo expressa neste relatório. Apenas foram apresentados como resultados os aspectos factuais identificados em consequência da aplicação daqueles procedimentos previamente acordados.

VIII) Conclusões

“Concluir sobre os resultados apresentados com a identificação ou não de quaisquer evidências que atestem contra o cumprimento dos compromissos assumidos. A conclusão deve conter uma avaliação anual de compras diretas de gado conforme o compromisso.”

(trecho retirado do TdR - Modelo do relatório de Auditoria)

Com base em nosso trabalho, descrito neste relatório, exceto pelo critério “sistema de rastreabilidade de fornecedores indiretos”, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, não verificamos em nossas análises inconsistências que não puderam ser justificadas pela Minerva Foods.

São Paulo, 13 de setembro de 2023.

Apêndice

Tabela 1 - total de compras e amostragem ano base

1 - total de compras e amostragem (2022)

Total de operações de compra de matéria-prima originária do Bioma Amazônia realizadas pela Minerva Foods do dia 1° de janeiro a 31 de dezembro de 2022	Total de operações de compra de matéria-prima amostradas para a realização das análises apresentadas
14.298	1.429

Tabela 2 - não conformidades encontradas no período da auditoria

2 - não conformidade(s) em 2022

Compras de matéria-prima originária de	Total de compras em não conformidade	% de não conformidade em relação ao total de compras do ano base no Bioma Amazônia	% não conformidade em relação ao total de compras amostradas
Propriedades em que foi identificado desmatamento posterior a outubro de 2009	-	-	-
Propriedades com sobreposição de terras indígenas	-	-	-
Propriedades bloqueadas por presença em UC	-	-	-
Propriedades bloqueadas por presença na Lista do MTE e Lista de Transparência	-	-	-
Propriedades bloqueadas por presença na Lista do IBAMA	-	-	-

Tabela 3 - resultados teste de bloqueio

3 - teste de bloqueio

	Número total de testes de simulação de compra no sistema da Companhia	Número de testes de simulação de compra	
		Conforme	Não-conforme
IBAMA	5	5	-
MTE	-	-	-
GEO (PRODES, DETER, TI e UC)	12	12	-